



Assembleia Municipal de Lagoa – Açores

ATA DA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOA – AÇORES, DE 26 DE SETEMBRO DE 2018

ATA N.º 05/2018

Aos vinte e seis dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezoito, pelas dezoito horas, realizou-se a quarta sessão ordinária da Assembleia Municipal do Concelho de Lagoa - Açores, no Edifício da Junta de Freguesia do Cabouco, Concelho de Lagoa - Açores, sob a Presidência de José Manuel Dias Pereira, do Primeiro Secretário Manuel António Rodrigues e da Segunda Secretária Graça de Lurdes Resendes Costa Araújo. Estiveram presentes na sessão os seguintes membros: Carlos Eduardo Teixeira de Faria Resendes, Pedro Alexandre Gomes Marques, Maria dos Anjos da Silva Costa Silva, Pedro Miguel Sousa Rodrigues, César Augusto Medeiros Pacheco, Edite Souto de Freitas Preto, Eduíno Manuel da Ponte Rego, Vítor Manuel Medeiros Sousa, Olga Maria Rodrigues Borges Soares, Álvaro Nuno Carreiro da Mata Vitorino, José Eduardo da Cunha Pacheco, André Carvalho Almeida, Carla Mota Martins Galvão, Francisco Ferreira de Magalhães, Paulo Ricardo Pereira de Melo, Adriano Manuel Mota Costa, Gilberto de Sousa Borges, Sérgio Paulo Botelho Costa e Victória da Silva Couto.

Não compareceram à sessão os membros: Frederico Furtado de Sousa, Ruben Filipe Rebelo Cabral, Ana Teresa Amaral Pimentel Sousa Medeiros e Mónica Isabel Barranqueiro Domingues.

Em representação da Câmara Municipal, participaram a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Cristina de Fátima Silva Calisto, acompanhada pelos Senhores Vereadores: Ricardo Nuno Ferreira Martins Mota; Carlos Augusto Borges Rodrigues Furtado; Fernando Jorge Ventura Moniz; Albertina Maria Costa Oliveira; Nelson António Rosa dos Santos e Roberto Manuel de Sousa Oliveira.

Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta esta sessão. Saudou a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais e todos os presentes. Agradeceu a presença de todos e deu as boas-vindas à Freguesia do Cabouco, para a 4.ª sessão ordinária da Assembleia Municipal. Agradeceu com reconhecimento, a forma como o Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Cabouco, acolheu esta sessão ordinária da Assembleia Municipal.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que atendendo que foi enviada cópia da ata a todos os Deputados Municipais, que fosse dispensada a leitura da ata, o que foi aceite, por unanimidade. De seguida, colocou à aprovação de todos os membros a ata da terceira sessão ordinária, de 26 de junho de 2018.

A ata foi aprovada, por unanimidade, não tendo participado na votação os membros Carlos Eduardo Teixeira de Faria Resendes, Pedro Alexandre Gomes Marques e César Augusto Medeiros Pacheco, porque não estiveram presentes naquela sessão, nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro.

Procedeu depois, o Senhor Presidente da Assembleia, à exposição da correspondência recebida, no período de 27 de junho a 26 de setembro de 2018, informando que a mesma se encontrava disponível para consulta.

Pelos membros Carlos Eduardo Teixeira de Faria Resendes, Pedro Alexandre Gomes Marques e Mónica Isabel Barranqueiro Domingues, foram recebidas comunicações, solicitando justificação da falta à sessão ordinária de 26 de junho de 2018 e pelos membros Ana Teresa Amaral Pimentel Sousa Medeiros e Mónica Isabel Barranqueiro Domingues, foram recebidas comunicações, solicitando justificação da falta à sessão ordinária de 26 de setembro de 2018.

A Mesa considerou justificadas as faltas.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

OBRAS NA ZONA DA CALOURA:

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Água de Pau, Paulo Ricardo Melo, deu as boas tardes a todos e solicitou esclarecimentos sobre o projeto das obras dos novos sanitários e vestiários que estão a ser executados na Zona da Caloura, uma vez que tem recebido várias críticas por parte da população e pedidos de esclarecimento.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, saudou todos os presentes e informou que este é um assunto que tem sido trabalhado nos últimos anos. As obras decorrem de uma obrigatoriedade, invocada pela Inspeção Regional das Atividades Económicas (IRAE), em relação à situação da cozinha do Bar e Restaurante, sito no Porto da Caloura, propriedade do Município de Lagoa, sendo que as referidas obras são da responsabilidade do dono do imóvel. As obras que estão a ser executadas foram licenciadas pela Secretaria Regional do Ambiente, desde o ano passado, numa zona que é sensível e de grandes regras em termos de construção e do ponto de vista ambiental. As obras não descaracterizam o local e correspondem às advertências que foram exigidas, sob pena de condicionar aquele espaço e deixar de ter

serviço de restaurante. De acordo com o projeto, a cozinha será ampliada e os sanitários passarão para o sítio onde se encontram os vestiários. Por parte da Lota Açores foi cedido ao Município de Lagoa um espaço que se encontrava desaproveitado, no sentido da Câmara Municipal poder utilizá-lo para a construção dos novos balneários, vestiários e sanitários.

Mais informou a Senhora Presidente da Câmara que teve conhecimento que houve ruído de algumas pessoas, mas explicou a situação e as pessoas compreenderam e é do reconhecimento de todos a mais-valia e o bom nome do Bar e Restaurante, sito no Porto da Caloura, para a Vila de Água de Pau e para o Concelho de Lagoa.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Água de Pau, Paulo Ricardo Melo, referiu que os novos balneários, vestiários e sanitários serão construídos no fim do Porto da Caloura, numa zona onde os pescadores trabalham, pelo que as novas infraestruturas passarão também a ser utilizadas pelos pescadores, não garantindo boas condições de utilização por parte dos banhistas. Referiu ainda, que aquela zona era ocupada aos fins-de-semana, por pessoas fora do Concelho.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, referiu que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Água de Pau quer dizer que a Câmara Municipal não está a ser cautelosa e respondeu que não é o caso. Expôs que durante a época balnear na Baixa da Areia, a Câmara Municipal pagou serviço de policiamento, de forma a acautelar a ocupação do espaço e proporcionar melhores condições a quem usufrui daquela zona balnear. Houve alteração do sentido do trânsito na Zona da Caloura de forma a disciplinar a circulação de viaturas e foram colocados pilaretes para evitar o estacionamento abusivo nalguns locais.

A Câmara Municipal está atenta a todos os problemas na Zona da Caloura. Face às obras que estão a decorrer e se advir problemas conforme o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Água de Pau referiu, relativamente às condições de utilização por parte dos banhistas, ressaltou a Senhora Presidente que a Câmara Municipal estará atenta e disponível para resolver as situações.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Água de Pau, Paulo Ricardo Melo, referiu que ouve diariamente a população de Água de Pau e os frequentadores da zona do Porto da Caloura que criaram os seus hábitos naquele espaço que agora será alterado. Mais referiu que, em sua opinião, esta solução não foi a melhor para aquele espaço.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, referiu que o espaço fica igual ao que existia, não haverá alterações no espaço da Zona do Porto da Caloura, apenas, serão deslocados os balneários e vestiários e construídos uns novos sanitários. A Senhora Presidente da Câmara passou a palavra ao Senhor Vereador Nelson Santos que está a acompanhar a execução das obras.

O Senhor Vereador Nelson Santos, no uso da palavra, deu as boas tardes a todos e informou que as obras surgem de uma imposição apresentada à Câmara Municipal, como a Senhora Presidente já explicou, e as obras a efetuar irão criar melhores condições para todos os

utilizadores daquele espaço sem o descaracterizar. O Senhor Vereador Nelson Santos explicou o projeto que está a ser executado e referiu que foi a melhor solução encontrada face às condicionantes do local.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Água de Pau, Paulo Ricardo Melo, referiu novamente que não foi a melhor solução para aquele espaço, porque tem ouvido muitas críticas por parte da população e, em sua opinião, dever-se-ia arranjar outra solução.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, referiu que as obras já estão a decorrer, este Executivo Camarário está convicto que a solução encontrada foi a melhor possível e o impacto será mínimo. Acrescentou que a situação bem explicada é compreensível, pelo que tem de ser bem comunicada. A Câmara Municipal está a executar as obras que foram devidamente aprovadas pelas respetivas Entidades e de acordo com as regras estabelecidas para a Zona da Caloura.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu as intervenções e os esclarecimentos prestados. Referiu que devemos de estar todos do lado das soluções e não dos problemas e evitar falhas de comunicação.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

INTERVENÇÃO DO DEPUTADO MUNICIPAL JOSÉ PACHECO:

O Deputado Municipal José Pacheco, no uso da palavra, deu as boas tardes a todos, agradeceu ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Cabouco por ter recebido esta sessão da Assembleia Municipal e a visita a alguns locais da freguesia do Cabouco. Destacou que foi muito positiva aquela visita.

Referiu as seguintes notas prévias, em relação a assuntos da Freguesia da Ribeira Chã, nomeadamente, a solução encontrada para o estacionamento junto ao Polidesportivo e a solução em relação à situação do contentor que se encontrava sem tampa há mais de um ano, cujo assunto divulgou nas redes sociais. Felicitou os trabalhadores da Câmara Municipal pelo trabalho que estão a desenvolver naquela Freguesia.

VOTO DE REPÚDIO:

O Deputado Municipal José Pacheco apresentou, em representação do Grupo Parlamentar e Vereadores do PSD na Assembleia Municipal de Lagoa, o Voto de Repúdio, que abaixo se transcreve:

“O Grupo Parlamentar e os Vereadores do PSD na Assembleia Municipal de Lagoa, através deste voto, vêm manifestar o seu repúdio pelos atos e ofensas cometidos contra a pessoa da Dr.^a Cristina Calisto, sua família e património pessoal.

Qualquer cidadão que se presta ao serviço público, quer seja como governante ou como seu opositor, dá prova de cidadania à sociedade em que se insere. Sabemos que é uma tarefa difícil,

nem sempre bem compreendida ou valorizada. Mas certamente um ato de disponibilidade para servir os outros.

Esta cidadania tanto pode ser exercida no mais pequeno órgão autárquico como na mais alta patente do estado, quer sejam funções executivas, quer sejam deliberativas, todas são da maior importância, mesmo que em patamares diferentes. O respeito exigido pela Democracia em si encerra o respeito pelos seus agentes, por quem a serve ou pretende servir.

A divergência de opinião, e até o confronto político mais acalorado, fazem parte de uma sociedade democrática e saudável. É pelo confronto de ideias que muitas das vezes se fazem grandes progressos, ou caso contrário ficaríamos todos acomodados no poder ou na sua oposição, dando lugar à estagnação de toda uma sociedade. Há que saber separar o ser humano e a sua família, a sua vida pessoal, as suas atividades culturais e sociais, das funções que exerça, ou pretenda exercer, tenham elas a importância que tiverem, concorde-se ou não com os trajetos e opções políticas.

Mas a divergência não é, e nunca será, sinónimo de violência, seja ela na forma que for, e muito menos, quando exercida sobre pessoas e bens. Desta forma estaríamos num estado anárquico onde cada um exerceria de forma violenta a discordância ou até mesmo a vingança contra aqueles discordasse de si, dos seus atos ou das suas ideias.

Sendo assim, é importante tornar público o nosso repúdio sempre que tais atos sejam praticados, como até já aconteceu com alguns de nós em período eleitoral, e aqui demonstrar a nossa solidariedade pública para com aquela que é a presidente da nossa Câmara, democraticamente eleita, alvo de tais atitudes vis e cobardes.

Deixamos à consideração desta Assembleia Municipal este voto que esperamos ser votado favoravelmente por todos.”

O Deputado Municipal José Pacheco, no uso da palavra, referiu que este é um voto de democracia e de respeito, porque são todos seres humanos, independentemente das suas ideias. Expôs que sabe o que é ser violentado no seu lar, porque já teve a sua casa assaltada três vezes, como também teve a experiência de explicar aos seus filhos pequenos, porque é que na democracia os cartazes do pai foram vandalizados e que a democracia também se faz com pessoas assim. Pois, nesse sentido, disse que se atreve, em seu nome e das pessoas que pensam como ele e vivem na Lagoa, a pedir desculpa por tal serviço.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu e congratulou o Deputado Municipal José Pacheco e o Grupo que representa pela sua delicadeza e atenção para com esse tipo de problemas. Passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, agradeceu o gesto do Deputado Municipal José Pacheco e disse que regista a atitude do Grupo do PSD. Foi de facto um ato lamentável. Fazem parte dos Órgãos Autárquicos onde discutem projetos, propostas, ideias e nem sempre estão em sintonia e de acordo com tudo, mas, em nenhum momento, quer por parte dos membros do PS quer por parte da Oposição aceitam esse tipo de tratamento. Espera

que o Deputado Municipal José Pacheco nunca tenha pensado que tenha sido por motivos políticos dirigidos pela sua pessoa que vandalizaram os seus cartazes, como também nunca pensou que tivesse sido por parte de membros da Oposição, tal ato. Derivou de situações que não são do agrado de todos os cidadãos.

O Deputado Municipal José Pacheco, no uso da palavra, disse que também nunca pensou que fosse por parte da Senhora Presidente da Câmara ou dos seus opositores a atacar os seus cartazes.

A Senhora Presidente da Câmara passou a palavra ao Senhor Vereador Nelson Santos.

O Senhor Vereador Nelson Santos, no uso da palavra, expôs que, conforme já conversou com o Deputado Municipal José Pacheco, em relação à situação do contentor, em sua opinião, devem reportar previamente as situações à Câmara Municipal. Há várias formas de contato, quer por telefone ou por e-mail, e será mais fácil e mais democrático que as situações lhes sejam diretamente reportadas. A Câmara Municipal está sempre disponível para melhorar as situações que vão surgindo.

O Deputado Municipal José Pacheco, no uso da palavra, justificou a sua publicação nas redes sociais, por se tratar de uma situação que já se encontrava há muito tempo, mas ainda bem que está a ser resolvida.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos vinte e dois membros presentes, e aclamação:

- 1.º** Aprovar o Voto de Repúdio apresentado pelo Grupo Parlamentar e Vereadores do PSD na Assembleia Municipal de Lagoa, acima transcrito;
- 2.º** Dar conhecimento do referido Voto de Repúdio à Dra. Cristina Calisto Presidente da Câmara Municipal de Lagoa;
- 3.º** Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO:

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, Gilberto Borges, no uso da palavra, deu as boas tardes a todos e apresentou as seguintes questões. Sobre o Resumo da Execução da Receita e Despesa perguntou a que se deve a baixa execução das receitas de capital. Sobre o mapa com a informação do saldo e estado das dívidas a fornecedores questionou se o valor da dívida da Câmara Municipal à Associação de Nadadores Salvadores corresponde à totalidade do serviço prestado.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, informou que a baixa execução das receitas de capital se deve ao facto de ainda estarem a decorrer concursos, com os seus

trâmites legais, de obras com candidaturas a Fundos Comunitários, que tem um conjunto de procedimentos morosos. Sobre o valor a pagar à Associação de Nadadores Salvadores pelos serviços prestados a Senhora Presidente da Câmara informou que são cerca de 30.000,00 €.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, Gilberto Borges, manifestou a sua preocupação, porque já estão quase no final do ano, e se a Câmara Municipal não receber aquelas verbas ficará com uma taxa de execução baixa.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, Gilberto Borges, manifestou o seu agrado por a Câmara Municipal já ter dado início à obra de requalificação da parte elétrica da Praça de Nossa Senhora da Graça, na Freguesia de Nossa Senhora do Rosário.

Questionou o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, Gilberto Borges, em que situação se encontra a obra de asfaltamento da Rua 25 de Abril, na Freguesia de Nossa Senhora do Rosário.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal passou a palavra ao Senhor Vice-Presidente.

O Senhor Vice-Presidente Ricardo Martins Mota saudou todos os presentes e informou que o projeto está a ser desenvolvido pelo Gabinete de Arquitetura do Arq. Luís Francisco Gomes de Menezes. Expôs que se fosse possível uma candidatura a Fundos Comunitários para este tipo de intervenção, a Câmara Municipal já tinha tomado uma decisão, porque havia o custo oportunidade, mas como esta obra terá de ser financiada pelos meios próprios da Autarquia, a Câmara Municipal entendeu ainda não prosseguir, pois convém repensar e refletir antes de se avançar. Expôs que existem poucas ruas em calçada na cidade de Lagoa como, a Rua 25 de Abril, na Freguesia de Nossa Senhora do Rosário e a Av. Dr. Gaspar Frutuoso, em frente à Igreja Matriz, na Freguesia de Santa Cruz. Ao asfaltar a Rua 25 de Abril este será um processo sem retorno, pelo que se irá perder uma identidade do passado para as gerações futuras é por isso que importa estarmos todos seguros na avaliação desta situação antes de decidir avançar com a intervenção. Mas, se for esse o entendimento da mais-valia para os cidadãos o asfaltamento daquela rua, pois será feito, mas de forma consciente e ponderada.

O Deputado Municipal Eduíno Rego, no uso da palavra, saudou todos os presentes e perguntou se a Câmara Municipal já ouviu a opinião dos moradores da Rua 25 de Abril. Informou que viveu naquela Rua 46 anos e não concorda que a Rua 25 de Abril seja asfaltada. Há zonas que precisam ser corrigidas. Disse, ainda, que o património não existe só na vertical, mas também na horizontal.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, Gilberto Borges, referiu que se for para manter a calçada na Rua 25 de Abril que a mesma seja corrigida, devido ao estado em que se encontra.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, informou que a Câmara Municipal recebeu um abaixo-assinado dos moradores da Rua 25 de Abril, a solicitar a pavimentação da rua e por haver esta dualidade de opiniões, a Câmara Municipal precisa de suporte para tomar uma decisão.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, Gilberto Borges, manifestou a sua discordância em relação ao fecho da Pousada de Juventude da Lagoa, porque foi uma obra que a Lagoa lutou para a ter, no tempo em que praticamente não existia alojamento no Concelho de Lagoa. Sabe que irão abrir novos alojamentos no Concelho, mas o público não será o mesmo que frequentava a Pousada de Juventude da Lagoa. Perdeu-se 52 camas que no futuro irão fazer falta ao alojamento da Freguesia de Nossa Senhora do Rosário e do Concelho de Lagoa.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, informou que como já teve a oportunidade de explicar o encerramento da Pousada de Juventude da Lagoa foi a última opção para a instalação de uma Escola Profissional no Concelho de Lagoa. Sendo a Educação uma aposta da Câmara Municipal é importante que exista uma resposta também ao nível do ensino profissional no Concelho. Não se trata de uma Escola nova, esta Escola Profissional já funciona em Ponta Delgada e passará, a partir de janeiro de 2019, a exercer a sua atividade formativa no Concelho de Lagoa, que vem colmatar uma lacuna que existia na área educativa.

Mais informou, que foi uma situação que surgiu há cerca de dois anos, houve negociações e contatos com diversas pessoas, para a instalação da Escola Profissional que não se concretizaram e para a Câmara Municipal foi uma questão de oportunidade e uma decisão política. Em sua opinião, foi o melhor investimento para a Lagoa, pois estão a investir na formação profissional das pessoas, numa altura em que o crescimento económico no Concelho é evidente, em que o ramo turístico está a crescer e é preciso investir na formação das pessoas, quer do ponto de vista tecnológico, quer turístico. Ter uma Escola Profissional é um importante investimento em qualquer cidade.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal disse, ainda, que na gestão da Pousada não tinham nenhum técnico com formação na área hoteleira e não podiam concorrer com privados. Para conhecimento de todos, apresentou os seguintes dados:

“A capacidade de alojamento em 2012 no Concelho era de 525 camas. A Pousada representou um acréscimo de 10% a essa capacidade (+50 camas). Atualmente a capacidade de alojamento no Concelho situa-se nas 986 camas. Mais algumas camas vão ser disponibilizadas em breve em virtude de projetos já aprovados e outros em fase de construção, num total de mais 340 camas, o que vai disparar no futuro próximo a capacidade total de alojamento no Concelho para valores acima das 1300 camas.

Se tivermos apenas em consideração dados sobre o número de camas no perímetro da cidade da Lagoa, que compreende as Freguesias de Nossa Senhora do Rosário e Santa Cruz e sem contar com a Pousada, tínhamos em 2012, 213 camas quando temos em 2018, 446 camas disponíveis e mais 259 para disponibilização face a projetos já aprovados ou em fase de construção, o que vai perfazer um total de 705.”

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, Gilberto Borges, apresentou uma situação preocupante que começou a aparecer na Freguesia de Nossa Senhora do Rosário. Na Rua dos Combatentes já existem três lixeiras a “céu aberto”. Em sua opinião, a Câmara Municipal deveria avançar com a aplicação de multas a quem não cumpre com as regras na área ambiental, pois trata-se de uma questão de saúde pública. Disse, ainda, como já referiu na última sessão da Assembleia Municipal, os habitantes da Lagoa continuam a não cumprir com as regras sobre a reciclagem. Sugeriu que, por parte da Câmara Municipal, devia existir uma maior fiscalização para quem não cumpre com o regulamento sobre a recolha de resíduos sólidos, bem como por parte da empresa que faz a recolha.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, referiu que concorda com a referência à lixeira na Rua dos Combatentes, mas que se trata de um caso identificado, envolvendo pessoas acumuladoras e sem hábitos de higiene e que em concreto, depois de várias intervenções na moradia por parte da Câmara Municipal de Lagoa, neste momento, os funcionários recusam-se a limpar por existir ratos, pulgas e outras circunstâncias que os funcionários receiam. A Senhora Presidente da Câmara passou a palavra ao Senhor Vereador Nelson Santos, com competência delegada nesta área.

O Senhor Vereador Nelson Santos, no uso da palavra, informou que, ainda, hoje estiveram a fazer uma campanha de rua de incentivo à reciclagem e de sensibilização ambiental, porta a porta, mas infelizmente ainda se vê esses cenários. Em relação às lixeiras na Rua dos Combatentes, informou que a Câmara Municipal já notificou as pessoas para procederem à limpeza.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

INTERVENÇÃO DO DEPUTADO MUNICIPAL VÍTOR SOUSA:

O Deputado Municipal Vítor Sousa, no uso da palavra, deu as boas tardes a todos, felicitou a Câmara Municipal por dotar o Complexo de Piscinas de Lagoa com vigilância durante todo ano e questionou por que razão a medida não foi extensiva à Zona Balnear da Caloura.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, informou que um nadador salvador se manifestou disponível para continuar a exercer aquelas funções. Se encontrar outra pessoa com a mesma formação e disponível, estenderão o serviço de vigilância a outras Zonas Balneares. Justificou que o serviço foi implementado no Complexo de Piscinas de Lagoa, porque há um grupo de banhistas que frequentam aquele local, durante todo o ano. Grupo esse que usufrui do espaço não só ao fim-de-semana, mas diariamente.

O Deputado Municipal Vítor Sousa referiu que também há banhistas durante todo o ano, na Zona Balnear da Caloura, tendo a Senhora Presidente da Câmara respondido que conforme já referiu, o serviço poderá ser extensivo a outras Zonas Balneares.

O Deputado Municipal Vítor Sousa, no uso da palavra, apresentou a sua opinião em relação ao espaço do Bar e Restaurante, sito no Porto da Caloura. Disse que aquela é uma zona de Bar, é Pauense e fica feliz por haver ali um Restaurante que é uma referência na Ilha de São Miguel, mas a população de Água de Pau e os utilizadores da Zona Balnear da Caloura perderam o espaço do Bar e, em seu entender, também é importante haver um bar de apoio à zona balnear. As condições daquele espaço são de Bar e o receio do povo de Água de Pau é que as mesas do Restaurante se estendem na zona envolvente.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, disse que conforme já informou ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Água de Pau, aquele espaço é propriedade do Município de Lagoa e a Câmara Municipal foi notificada para proceder à melhoria das condições da cozinha do Bar e Restaurante. Não serão ocupados outros espaços e não serão cortadas as árvores.

Em relação a este assunto, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Água de Pau, Paulo Ricardo Melo, disse que a sua intervenção foi em relação ao projeto das obras dos novos sanitários e vestiários que estão a ser construídos na Zona da Caloura e não em relação ao Restaurante, tendo o Deputado Municipal Vítor Sousa referido que expôs a sua opinião em relação àquele espaço.

Em relação às obras de recuperação do edifício Cine Teatro Ferreira da Silva, em Água de Pau, o Deputado Municipal Vítor Sousa, no uso da palavra, sugeriu a criação de uma Comissão de Aconselhamento e Acompanhamento para as intervenções que serão feitas naquele edifício.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, expôs que esteve presente numa sessão da Assembleia de Freguesia de Água de Pau e apresentou o projeto que a Câmara Municipal pretende para a recuperação do edifício Cine Teatro Ferreira da Silva. A Assembleia de

Freguesia não foi unânime no que pretendem para aquele espaço e pediu que fizessem chegar à Câmara Municipal de Lagoa a sua opinião até ao mês de novembro. Acrescentou, que a criação dessa Comissão é uma ideia a estudar se permitir um contributo válido para a valorização daquele espaço.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

INTERVENÇÃO DO DEPUTADO MUNICIPAL ANDRÉ ALMEIDA:

O Deputado Municipal André Almeida, no uso da palavra, deu as boas tardes a todos, e expôs que a área do Turismo está a crescer no Concelho de Lagoa. A Pousada de Juventude da Lagoa nunca atingiu o seu ponto de equilíbrio, entre receitas e despesas, não havia viabilidade e a Câmara Municipal tinha que arranjar uma alternativa. Em sua opinião, foi uma grande alternativa trazer uma Escola Profissional, porque a Lagoa precisa. Espera que os cursos sejam nas áreas tecnológicas e de artes e ofícios.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

VOTO DE CONGRATULAÇÃO:

A Deputada Municipal Carla Galvão, no uso da palavra, deu as boas tardes a todos e apresentou, por proposta do Grupo Parlamentar do PSD na Assembleia Municipal de Lagoa, o Voto de Congratulação, que abaixo se transcreve:

“No passado dia 30 de agosto iniciou-se na Lagoa o Campeonato Europeu de Patinagem Artística, evento este que decorreu até 8 de setembro.

Durante este tempo, a nossa cidade contou com uma invulgar atividade económica e foi também dada a conhecer a centenas de pessoas que se deslocaram à Lagoa participando e acompanhando os atletas que se apresentaram nesta competição, levando desta forma o seu testemunho sobre a região em geral e a Lagoa em particular aos seus pontos de origem.

Na primeira linha dos responsáveis pela realização deste importante acontecimento na Lagoa, esteve José Raimundo, lagoense e antigo atleta do Clube de Patinagem de Santa Cruz, José Raimundo é atualmente presidente da Associação de Patinagem de S. Miguel.

O empenho, profissionalismo e dedicação que este nosso conterrâneo tem dedicado às modalidades patinadoras, vê-se para lá do mar que nos separa, tendo sido a razão do desafio lançado em 2016 pela Federação de Patinagem de Portugal, para a realização deste acontecimento em S. Miguel, evento este que foi considerado por muitos dos participantes e pela própria World Skate Europe, como um dos melhores eventos da modalidade já realizados.

Deste modo, considerando o empenho, dedicação e profissionalismo mostrados por José Raimundo, o grupo parlamentar do PSD na Assembleia Municipal de Lagoa, apresenta este voto de congratulação pelo trabalho realizado, propondo que o referido voto seja votado nesta Reunião, o qual deverá ser dado conhecimento ao mesmo.”

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, dos vinte e dois membros presentes:

- 1.º** Aprovar o Voto de Congratulação a José Raimundo;
- 2.º** Dar conhecimento deste Voto de Congratulação ao Senhor José Raimundo;
- 3.º** Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PERÍODO ORDEM DO DIA:

PONTO N.º 1 – INFORMAÇÃO SOBRE A ATIVIDADE CAMARÁRIA:

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal apresentou para apreciação, a informação escrita da Senhora Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do município, bem como o saldo e o estado das dívidas a fornecedores, conforme previsto no n.º 4 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

A Assembleia Municipal apreciou as informações, de acordo com o estipulado na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 2 – PROPOSTA – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS – IMI:

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta apresentada pela Senhora Presidente, em reunião Camarária de 6 de setembro de 2018, na qual foi deliberado submeter à Assembleia Municipal, a fixação da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis, no Município de Lagoa - Açores, no valor de:

c) Prédios urbanos – 0,3 %.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos vinte e dois membros presentes:

- 1.º** A fixação da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis – IMI, a aplicar em 2019, no Município de Lagoa - Açores, no valor de 0,3 % para os Prédios urbanos, conforme estabelecido na alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- 2.º** Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 3 – PROPOSTA – LANÇAMENTO DE DERRAMA:

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta apresentada pela Senhora Presidente, em reunião Camarária de 6 de setembro de 2018, na qual foi deliberado submeter à Assembleia Municipal:

a) O lançamento anual da derrama, no valor de 0,95 %, sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), que corresponda à proporção do rendimento gerado na sua área geográfica por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial,

industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável nesse território, conforme estabelecido no n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro;

b) Lançar uma taxa reduzida de derrama de 0,50 % para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse 150.000,00 €, nos termos do n.º 12 do artigo 18.º da referida Lei.

O Deputado Municipal Carlos Resendes, no uso da palavra, deu as boas tardes a todos e apresentou, em representação do Grupo Parlamentar do PSD na Assembleia Municipal de Lagoa, a proposta, que abaixo se transcreve:

“Lançamento de derrama

Considerando a opinião do PSD Lagoa já manifestada no passado ano e já este ano em sede de reunião de câmara, relativamente ao lançamento de derrama.

Considerando que a leitura que o PSD apresenta nesta matéria, aponta para a necessidade de promoção de mais atividade económica na Lagoa, é nosso entender que deverá ser isentado o pagamento da derrama durante o período mínimo dos próximos dois anos, como medida incentivadora ao nosso empresariado, bem como promotora de novos investimentos e consequentemente mais criação de emprego na Lagoa.

Deste modo apresentamos como contraproposta, a isenção do imposto de derrama para o ano de 2019.”

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, referiu que foi disponibilizada cópia da ata da reunião da Câmara Municipal onde este assunto foi discutido e mantém tudo o que disse naquela reunião. A derrama não é um fator que poderá mudar a promoção do Concelho, pois a Câmara Municipal tem outras formas de apoiar as empresas, tem outros mecanismos que beneficiam a atividade empresarial. Nas visitas que fizeram às Empresas do Concelho esta questão da derrama nunca foi colocada.

O Deputado Municipal Carlos Resendes, no uso da palavra, questionou quais são os mecanismos que beneficiam a atividade empresarial.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, respondeu que a Câmara Municipal tem regulamentos com regimes de isenção e redução de taxas e licenças, para todas as Freguesias do Concelho. Na Câmara Municipal foi criado um Gabinete de Competitividade e Desenvolvimento Económico que está disponível para receber os empresários e ajudá-los na elaboração de candidaturas e apoiar em toda a tramitação processual para qualquer investimento no Concelho de Lagoa. Os empresários consideram esse apoio mais importante do que a questão da derrama.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com dezoito votos a favor dos membros do Partido Socialista e quatro votos contra dos membros: Carlos Resendes; Vítor Sousa; José Pacheco e Carla Galvão, dos vinte e dois membros presentes:

1.º Autorizar o lançamento anual da derrama, no valor de 0,95 %, sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), que corresponda à proporção do rendimento gerado na sua área geográfica por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável nesse território, conforme estabelecido no n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

2.º Autorizar lançar uma taxa reduzida de derrama de 0,50 % para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse 150.000,00 €, conforme estabelecido no n.º 12 do artigo 18.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

3.º Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 4 – PROPOSTA – TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP):

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta apresentada pela Senhora Presidente, em reunião Camarária de 6 de setembro de 2018, na qual foi deliberado submeter à Assembleia Municipal, a fixação de Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), a aplicar para o ano de 2019, em 0,25 %.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos vinte e dois membros presentes:

1.º A fixação de Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), a aplicar para o ano de 2019, em 0,25 %, conforme estabelecido na alínea b) do n.º 3 do artigo 106.º da Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro, na sua atual redação;

2.º Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 5 – PROPOSTA – PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS:

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta apresentada pela Senhora Presidente, em reunião Camarária de 6 de setembro de 2018, na qual foi deliberado submeter à Assembleia Municipal, a aplicação da taxa de 5 % sobre a participação variável no IRS, nos termos do n.º 1 do artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos vinte e dois membros presentes:

1.º A aplicação da taxa de 5 % sobre a participação variável no IRS, nos termos do n.º 1 do artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro;

2.º Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 6 – PROPOSTA – REDUÇÃO DA TAXA DO IMI, PREVISTA NO ARTIGO 112.º-A DO CIMI - PRÉDIOS DE SUJEITOS PASSIVOS COM DEPENDENTES A CARGO:

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta apresentada pela Senhora Presidente, em reunião Camarária de 6 de setembro de 2018, na qual foi deliberado submeter à Assembleia Municipal, a fixação de uma redução da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis, no Município de Lagoa - Açores, prevista no artigo 112.º-A do CIMI, a aplicar aos prédios de sujeitos passivos com dependentes a cargo.

O n.º 1 do referido artigo 112.º-A refere que os municípios, mediante deliberação da assembleia municipal, podem fixar uma redução da taxa do imposto municipal sobre imóveis que vigorar no ano a que respeita o imposto, a aplicar ao prédio ou parte de prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, e que seja efetivamente afeto a tal fim, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do Código do IRS, compõem o respetivo agregado familiar, de acordo com a seguinte tabela:

Número de dependentes a cargo	Dedução fixa (em €)
1	20,00
2	40,00
3 ou mais	70,00

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos vinte e dois membros presentes:

1.º A fixação de uma redução da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis, no Município de Lagoa - Açores, prevista no artigo 112.º-A do CIMI, a aplicar aos prédios de sujeitos passivos com dependentes a cargo;

2.º Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 7 – PARECER DO FISCAL ÚNICO SOBRE A INFORMAÇÃO FINANCEIRA SEMESTRAL 2018:

Pela Câmara Municipal foi presente o Parecer do Fiscal Único, emitido pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. – Marques da Cunha, Arlindo Duarte & Associados, sobre a Informação Financeira do semestre findo, em 30 de junho de 2018, deste Município, incluída no Balanço e na Demonstração dos Resultados e nos Mapas de Execução Orçamental.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e apreciou o Parecer do Fiscal Único sobre a Informação Financeira Semestral, remetido nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

PONTO N.º 8 – ADESÃO DO MUNICÍPIO DE LAGOA - AÇORES À ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ASSEMBLEIAS MUNICIPAIS:

Foi presente na reunião Camarária de 10 de agosto de 2018, o ofício datado de 6 de agosto de 2018, da ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais, sobre a adesão do Município à Associação Nacional de Assembleias Municipais, que abaixo se transcreve:

“Como é já do conhecimento de V.ª Ex.ª, havia sido constituída a ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais, tendo a Assembleia Municipal de Lagoa-Açores deliberado a sua adesão em 26.04.2018.

Todavia foi realizada no passado dia 31 de maio de 2017 a escritura pública da alteração de estatutos, aprovada na assembleia geral de 25.03.2017, a qual remetemos em anexo.

Está doravante esta associação munida de todos os instrumentos necessários para alicerçar um projeto que tem como desiderato último uma maior dignificação das assembleias municipais, como via para uma melhoria da democraticidade ao nível local.

Seria, por conseguinte, da maior relevância poder contar com o contributo de todos os municípios naquele que é, em última análise, um projeto de todos e para todos.

Na expectativa de uma resposta positiva a este desafio, e sem embargo de estarmos à Vossa inteira disposição para qualquer eventual esclarecimento, anexamos os documentos que achamos necessário para formalização da adesão.

Crentes na melhor atenção de V.ª Ex.ª, despedimo-nos com a máxima estima e consideração.”

De acordo com o disposto no artigo 3.º dos Estatutos da ANAM, “são associados da ANAM os Municípios, representados pelos respetivos Presidentes de Assembleia Municipal, cujas Assembleias Municipais hajam deliberado a sua adesão a esta Associação”. A Câmara Municipal sendo o Órgão Executivo do Município, aprovou naquela reunião Camarária de 10 de agosto de 2018, a adesão do Município de Lagoa - Açores à ANAM - Associação Nacional das Assembleias Municipais, sendo representado pelo Presidente da Assembleia Municipal, nos termos dos estatutos da ANAM - Associação Nacional das Assembleias Municipais, bem como aprovou o pagamento de uma quota anual cujo valor será fixado pelo Conselho Geral sob proposta da Direção.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos vinte e dois membros presentes:

- 1.º** Aprovar a adesão do Município de Lagoa - Açores à ANAM - Associação Nacional das Assembleias Municipais, sendo representado pelo Presidente da Assembleia Municipal, nos termos dos estatutos da ANAM - Associação Nacional das Assembleias Municipais;
- 2.º** Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 9 – RELATÓRIO N.º 03/2018-FC/SRATC – AUDITORIA À RECOLHA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS – MUNICÍPIOS DA RIBEIRA GRANDE, LAGOA E VILA FRANCA DO CAMPO (AÇÃO N.º 17-201FC1):

Pelo Tribunal de Contas foi presente o ofício 1132-ST, de 02 de julho de 2018, sobre a auditoria à recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos – Municípios da Ribeira Grande, Lagoa e Vila Franca do Campo (Ação n.º 17-201FC1), que abaixo se transcreve:

“Por este meio, fica V. Ex.^a notificado(a) da aprovação, em sessão de 28-06-2018, do relatório mencionado em epígrafe, o qual se anexa, alertando-se, ainda, para os efeitos do disposto na alínea o) do n.º 2 do artigo 35.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.”

A Assembleia Municipal tomou conhecimento do relatório n.º 03/2018-FC/SRATC, referente à auditoria à recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos – Municípios da Ribeira Grande, Lagoa e Vila Franca do Campo (Ação n.º 17-201FC1), conforme previsto na alínea g) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

DEPOIS DO PERÍODO ORDEM DO DIA:

INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DO CABOUÇO:

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Cabouço, Adriano Costa, no uso da palavra, saudou todos os presentes, agradeceu a realização desta sessão da Assembleia Municipal, na Freguesia do Cabouço. Disse que foi uma honra ter recebido esta sessão e a visita à Freguesia e julga que ficaram com melhor conhecimento da Freguesia do Cabouço. Convidou todos os participantes na sessão para o Pico de Honra, após o encerramento dos trabalhos.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:

Não se observou nenhuma intervenção.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal comentou que lamenta que as sessões da Assembleia Municipal não sejam participadas.

Antes de dar por terminada esta sessão, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a presença de todos, as intervenções e os esclarecimentos prestados.

Sem mais assuntos a tratar, sendo dezanove horas e trinta e quatro minutos, foi dada por encerrada esta sessão pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e para constar foi lavrada a presente ata, que, depois de lida e aprovada, será assinada pela Mesa.

E eu _____, Técnica Superior, do Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos, nomeada para o efeito, a redigi e assino.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

O PRIMEIRO SECRETÁRIO

O SEGUNDO SECRETÁRIO
